



Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil

Perguntas e Respostas

1. O que são as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Social

As Diretrizes são um conjunto de orientações que objetivam nortear a atuação do setor de turismo para a criação e implementação de ações e ferramentas que possam promover um turismo **de todos para todos, tanto do ponto de vista da demanda quanto da oferta turística.**

Propõem, por exemplo, ações que possam fomentar as viagens daqueles que, pelos mais variados motivos não fazem parte da movimentação turística nacional (pessoas com deficiência, idosos, trabalhadores com menor poder aquisitivo), e também instrumentos que oportunizem a participação ativa das comunidades receptoras na cadeia produtiva do turismo para que possam ter acesso aos benefícios que a atividade proporciona, gerando dessa forma a distribuição mais justa da renda e da riqueza.

2. Como o documento foi elaborado?

O documento foi construído de forma colaborativa pelos integrantes da Câmara Temática de Turismo Responsável criada no âmbito do Conselho Nacional do Turismo (CNT). Participam da Câmara Temática: ABCMI¹, ABRACAMPING², ABRESI³, BRAZTOA⁴, CNC⁵, CNM⁶, CNTur⁷, CONTRATUH⁸, EMBRATUR⁹, FENAGTUR¹⁰, SEBRAE¹¹ e ainda os Ministérios do Meio Ambiente, Economia e Turismo.

Além disso contou com a contribuição dos Órgãos Oficiais de Turismo nos Estados e no Distrito Federal.

3. Turismo Social é um novo segmento?

Não. O Turismo Social é uma forma de pensar e fazer turismo promovendo a inclusão social. Pode e deve ser incorporado em qualquer segmento da oferta turística como sol e praia, cultural ou ecoturismo. Quando se desenvolve produtos turísticos que proporcionam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida à praia, por exemplo, isso é turismo social.

4. Como as empresas e os gestores públicos podem incorporar a abordagem proposta pelas Diretrizes do Turismo Social nas suas atividades?

¹ Associação Brasileira de Clubes de Melhor Idade

² Associação Brasileira de Campismo

³ Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo

⁴ Associação Brasileira das Operadoras de Turismo

⁵ Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

⁶ Confederação Nacional de Municípios

⁷ Confederação Nacional do Turismo

⁸ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade –

⁹ Instituto Brasileiro do Turismo

¹⁰ Federação Nacional dos Guias de Turismo

¹¹ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

As 6 diretrizes trazem diversas propostas de atuação para gestores públicos federais, estaduais e municipais, setor privado e terceiro setor, dentre elas, destacam-se:

- Promover ações de capacitação para o aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores locais, para que sejam incluídos na oferta turística e possam beneficiar-se do turismo;
- Proporcionar maior visibilidade aos destinos pelas agências e operadoras de viagens e a captação de recursos públicos para o desenvolvimento regionalizado da atividade turística;
- Fomentar a articulação de redes de informação para a identificação e difusão de boas práticas em âmbito local aplicáveis nacionalmente, possibilitando a disseminação de soluções e incorporação de inovações tecnológicas nos destinos;
- Promover campanhas que estimulem a adoção de práticas responsáveis pelos viajantes, a partir da demonstração dos impactos dos seus atos e da necessidade de respeitar os destinos e seus residentes, a cultura local e o meio ambiente;
- Viabilizar meios de conscientização dos empresários do setor sobre 1) os impactos negativos da atividade turística e as possibilidades de mitigação desses impactos e 2) a demanda dos diversos grupos cujo acesso ao turismo ainda é limitado;
- Criar estratégias que estimulem a viabilização de recursos para o aprimoramento de tecnologias, serviços, produtos, bem como a implantação e adequação de infraestrutura;
- Definir critérios de acessibilidade para alocação de recursos destinados ao financiamento de infraestrutura;
- Fomentar e apoiar iniciativas de pequenos e microempreendedores;
- Realizar levantamento do quantitativo e da capacidade de atendimento de alojamentos e empreendimentos hoteleiros, tais como albergues da juventude, hotéis, instituições como os serviços sociais autônomos e outras, visando garantir o aumento e a qualidade dos serviços e produtos turísticos disponibilizados a todos os grupos sociais.
- Mapear os demais segmentos empresariais que desenvolvem atividades relacionadas direta ou indiretamente com o turismo e que percebam nas iniciativas de turismo social possibilidades de crescimento dos seus negócios com um valor agregado não-financeiro embutido;
- Identificar os integrantes da cadeia produtiva do turismo e estimular a inclusão de novos atores no turismo social brasileiro com potencial para expansão da atividade;
- Promover a divulgação e comercialização dos produtos, atividades e serviços relativos ao turismo social;
- Contar com a sociedade organizada, técnicos especializados, empreendedores, instituições públicas e privadas nos debates com a comunidade sobre os impactos do desenvolvimento da atividade na região, cuidando para que a própria comunidade receptora possa perceber o Turismo como meio de desenvolvimento social e valorização do sentimento de pertencimento.
- Formar e fortalecer instâncias de governança que envolvam a sociedade civil organizada, poder público, setor privado e universidades buscando a sustentabilidade de programas, projetos e ações;

5. O que o Ministério do Turismo vem fazendo para promover o turismo social, além da criação das Diretrizes?

O Ministério do Turismo trabalha o turismo social por meio do incentivo e reconhecimento quanto à adoção de práticas de sustentabilidade e à implementação de recursos de acessibilidade pelos empreendimentos do setor, de iniciativas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, da valorização do turismo de base local e da produção associada ao turismo. Para 2019 e 2020, será dada especial atenção ao posicionamento da gastronomia como ativo estratégico do turismo no Brasil, com a criação de um Programa Nacional de valorização da gastronomia brasileira.

6. O que o Diretrizes do Turismo Social traz de destaque?

O que merece destaque além das próprias diretrizes, é a ampliação do entendimento de turismo social, onde propõe-se o respeito às diferenças e o incentivo às viagens daqueles que, pelos mais variados motivos, não fazem parte da movimentação turística nacional, além da oportunidade de integrar a comunidade local à cadeia produtiva do turismo, de modo a obter acesso aos benefícios que a atividade proporciona, com vistas à distribuição mais justa da renda e da riqueza.

7. Quais são as expectativas do MTur após o lançamento deste documento?

Após o lançamento espera-se que as diretrizes e estratégias estabelecidas pelo documento de “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil” possam orientar a implementação de ações para o desenvolvimento do turismo social nos destinos, além de propiciar condições e ofertar as ferramentas necessárias à construção da consciência, autonomia e capacidade de decisão, com responsabilidade e respeito a todos, das lideranças que influenciam os rumos do turismo nos territórios.